

AS PARTES DA ORAÇÃO EM EPITOME DA GRAMMATICA DA LINGUA PORTUGUEZA (1806), DE MORAIS SILVA: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA PRODUÇÃO GRAMATICAL BRASILEIRA

The Parts of the Sentence in Epitome da Grammatica da Lingua Portuguesa (1806), by Moraes Silva: a Historiographical Analysis of Brazilian Grammatical Production

DOI: 10.14393/LL63-v42-2026-06

Rayssa Marinho*

Jefferson Evaristo**

RESUMO: Neste estudo, examinamos as concepções relativas às partes da oração na tradição gramatical oitocentista do português do Brasil, a partir da observação da Epitome da Grammatica da Lingua Portuguesa (1806), de Moraes Silva, focalizando os modos pelos quais essas categorias dialogam ou se afastam do Paradigma Tradicional de Gramatização, conforme proposto por Vieira (2018). Nossa análise se baseia no modelo de camadas do conhecimento linguístico de Swiggers (2020) — teórica, técnica, documental e contextual —, pois compreendemos que as mudanças na disciplina linguística são um fenômeno complexo, influenciado por diversos fatores, e, por isso, as variações não podem ser simplificadaamente teorizadas e analisadas isoladamente. Nossos resultados apontam para uma gramática que, apresentando traços originais da produção linguística brasileira do século XIX, mantém-se filiada ao modelo greco-romano de tradição linguístico-gramatical.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia da Linguística. Gramaticografia. Partes da oração. Moraes Silva. Epitome da Grammatica da Lingua Portuguesa

ABSTRACT: In this study, we examine the concepts related to the parts of a sentence in the nineteenth-century grammatical tradition of Brazilian Portuguese, based on Moraes Silva's Epitome of the Grammar of the Portuguese Language (1806), focusing on the ways in which these categories dialogue with or diverge from the Traditional Paradigm of Grammatization, as proposed by Vieira (2018). Our analysis is based on Swiggers' (2020) model of layers of linguistic knowledge—theoretical, technical, documentary, and contextual—because we understand that changes in linguistics are a complex phenomenon, influenced by various factors, and, therefore, variations cannot be simply theorized and analyzed in isolation. Our results point to a grammar that, while presenting original traits of nineteenth-century Brazilian linguistic production, remains affiliated with the Greco-Roman model of linguistic-grammatical tradition.

KEYWORDS: Historiography of Linguistics. Grammaticography. Parts of the sentence. Moraes Silva. Epitome of Portuguese Grammar.

* Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com bolsa da CAPES. ORCID: 0009-0003-7634-4539. E-mail: rayssaredatora(AT)gmail.com.

** Doutor em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ) e Procientista (UERJ). Professor de língua portuguesa no Instituto de Letras da UERJ. ORCID: 0000-0002-7561-5400. E-mail: jeffersonpn(AT)yahoo.com.br.

1 Introdução

As classes de palavras – também chamadas de partes do discurso ou partes da oração – representam um dos alicerces da tradição gramatical ocidental (Vieira, 2018). Desde sua representação nas *Categorias* de Aristóteles (1995), ainda que tenham passado por mudanças mais ou menos significativas em sua conceituação, as partes da oração seguem um tanto ou quanto representativas dos mesmos fenômenos linguístico-filosóficos. Se quando Aristóteles propõe sua conceituação parte de uma base filosófico-metafísica, mesmo com o advento da linguística e as muitas mudanças dos estudos gramaticais, sua representação seguiu quase inalterada, mantendo-se praticamente a mesma por mais de dois milênios.

Embora nesse percurso elas apresentem definição historicamente relativamente instável, ora sendo definidas por critérios semânticos, ora por critérios funcionais, elas formam o núcleo responsável por organizar e dar inteligibilidade à heterogeneidade lexical das línguas naturais. Ao longo dos séculos, então, o percurso reflexivo sobre as partes do discurso revelou não apenas tentativas de descrição da língua, mas também desencontros metodológicos e oscilações no rigor classificatório, resultando, por vezes, em assistematização e debates fundantes para a própria morfologia enquanto campo do saber linguístico (Azeredo, 2021).

Quando de seu início, a sistematização inicial das partes do discurso esteve a cargo dos filósofos gregos, como citamos Aristóteles, e se consolidou posteriormente nas gramáticas greco-latinas, em que nome e verbo assumiram centralidade absoluta. Desse modo, a história da gramatização das línguas ocidentais só pode ser compreendida a partir desses fundamentos. Não sem motivos, Vieira (2018) chega a propor a ideia da existência de um Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG) que, tendo surgido no mundo grego, estendeu-se até chegar a nossos tempos e análises linguísticas.

Nesse sentido, por exemplo, Aristóteles (1995) defendeu a substância como categoria primordial, da qual emanam as demais categorias como qualidade, quantidade e relação, entre outras. A tradição gramatical, assumindo essas categorias, deu-lhe nomes diferentes, mas manteve sua conceituação e percepção como fenômeno linguístico-filosófico-metafísico¹, percebendo os iniciais atributos que atualizavam ou detalhavam a natureza fundamental dos

¹ Naturalmente, a compreensão linguística atual separa-se do aspecto filosófico-metafísico.

entes (Aranalde, 2024) como outras classes de palavras (ou partes da oração/partes do discurso, como vimos). Essa abordagem aristotélica sustenta, portanto, tanto o conhecimento filosófico quanto as classificações gramaticais, mostrando que a análise das partes do discurso é, antes de tudo, a formalização de uma operação intelectual que busca explicitar a racionalidade dos enunciados.

Em nossa perspectiva, encontramos na Historiografia da Linguística (doravante HL) um arcabouço teórico-metodológico importante para a interpretação, reconstrução e compreensão dos caminhos trilhados pelo conhecimento sobre a linguagem ao longo do tempo, uma vez que a HL enquanto disciplina não se limita ao registro factual dos percursos teóricos, mas busca analisar e interpretar as condições sociais, culturais, institucionais e ideológicas que condicionam e modelam as teorias linguístico-gramaticais.

Assim, a análise sincrônica e diacrônica das partes do discurso, em nosso caso tomada a partir de uma gramática brasileira oitocentista, permite observar a manutenção desse padrão de gramatização descrito por Vieira (2018), ainda que tensionado por movimentos de descontinuidade e ruptura (Kuhn, 2009[1962]). A gramaticografia (Kaltner, 2023) nacional do século XIX, marcada pelo racionalismo e pela busca de institucionalização do pensamento linguístico brasileiro (Cavaliere, 2014), constitui terreno fértil para analisar em que medida as classificações oitocentistas reverberam, validam ou subvertem o modelo de linhagem greco-latina. Por isso, consoante Cavaliere (2022; 2014; 2002), nossa análise incidirá na *Epitome da Grammatica da Lingua Portuguesa* (1806), de Morais Silva. Em um primeiro momento, como será visto adiante, a partir das fases de organização de Swiggers (2010), nossa seleção de fontes se enquadra na fase heurística. Por sua vez, Polachini (2018) realizou uma extensa pesquisa sobre gramáticas brasileiras publicadas no século XIX. Ao cruzarmos as perspectivas de Swiggers (2010), Cavaliere (2024; 2014; 2002) e Polachini (2018), associando-as aos critérios adicionais de serem gramáticas publicadas por brasileiros no Brasil, chegamos a sete possíveis textos, conforme apontamos em Marinho (2025). Por adequação ao espaço de que dispomos, optamos pela *Epitome*, uma vez que, no meio linguístico, a *Epitome* (1806) marcou o início do período racionalista, sendo considerada uma obra de grande relevância e um marco nos estudos linguísticos brasileiros por ser a primeira tentativa de descrição do português por um brasileiro, conferindo, assim, seu valor historiográfico (Cavaliere, 2022).

No desenvolvimento desta pesquisa, optamos por nos valer da teoria das camadas proposta por Swiggers (2020), ao dividir o objeto em quatro estratos: teórico, técnico, documental e contextual. Essa matriz propicia a identificação de permanências e rupturas, permitindo compreender como mudanças em uma camada podem ou não interferir nas demais. A abordagem em camadas, associada a quadros comparativos, torna possível mapear a complexidade do percurso brasileiro oitocentista no tocante às partes do discurso.

Desse modo, nossa proposta aqui é a de investigar e descrever as concepções de Moraes Silva em sua *Epitome* em relação às partes do discurso, analisando o quanto sua posição se aproxima ou não do PTG proposto por Vieira (2018). Para tanto, dividimos nosso texto em quatro partes: esta, em que apresentamos um panorama de nossa proposta; a segunda, em que trazemos algumas considerações sobre a HL; a terceira, em que analisamos a *Epitome* segundo critérios apresentados e a última, em que trazemos algumas considerações finais para nossa discussão.

2 Historiografia da Linguística: alguns pressupostos teóricos

A Historiografia da Linguística (doravante HL) surgiu a partir da segunda metade do século XX como um campo autônomo resultante da confluência entre a Linguística, a História, a historiografia, a sociologia da ciência e outras contribuições diversas, sendo, portanto, um campo essencialmente interdisciplinar (Swiggers, 2013). Seus primeiros pressupostos eram os de buscar reescrever uma história dos estudos linguísticos (tomados em sentido amplo) que recusasse uma mera cronologia dos fatos e pudesse se voltar para uma análise contextualizada, problematizada e crítica das tradições, rupturas e permanências dos saberes linguísticos, sua produção e circulação.

Nesse sentido, mostra Batista (2013) que o novo campo não vai se contentar com a descrição de eventos, mas buscará compreender as condições de produção, circulação e legitimação dos conhecimentos sobre a língua em diferentes épocas. Essa abordagem pressupõe que o conhecimento linguístico, enquanto objeto da HL, só pode ser apreendido a partir da reconstrução de seu contexto histórico, institucional e intelectual, demandando ao investigador amplo trânsito em campos fronteiriços com a Linguística, reforçando sua interdisciplinaridade (Batista, 2024).

Desde o início, no trabalho de reconstrução e reescrita da história da Linguística, destacamos, como ponto central, o reconhecimento do papel ativo do historiador, cuja interpretação dos documentos se situa, inevitavelmente, num espaço de subjetividade produtiva (Jenkins, 2013; Batista, 2020). Assim, sua “neutralidade” epistemológica, nesse contexto, consiste menos em negar a parcialidade das leituras e mais em justificar as condições diversas de cada escolha interpretativa. A seleção do que merece ser narrado, destacando fatos, figuras, tendências e silêncios define a própria materialidade da HL.

Em consonância com Swiggers (2013), entendemos o texto como o objeto primário da HL, não apenas por veicular conteúdos teóricos, mas por constituir o lócus privilegiado de materialização dos debates, polêmicas, rupturas e consensos de uma tradição ou época. Documentos históricos, aqui, vão muito além de “fontes”; são os próprios artefatos em que as ideias, práticas e valores linguísticos se corporificam. A análise dessas fontes demanda a articulação entre descrição, explicação e interpretação, o que só é possível pelo trânsito entre os materiais primários (tratados, manuais, ensaios originais de cada período, dentre outros) e os secundários (histórias, comentários, críticas, dentre outros), conforme Batista (2020).

Primeiramente, é fundamental delimitar o domínio próprio da HL: trata-se, por um lado, de acompanhar e descrever as transformações e continuidades das ideias linguísticas ao longo do tempo; por outro, de contextualizar historicamente esses saberes, ligando-os aos agentes (indivíduos, redes, grupos) e aos produtos materiais (papéis, manuscritos, livros, obras digitais etc.) de sua produção (Swiggers, 2013; Bastos e Casagrande, 2021). Esses agentes não devem ser vistos a partir do mito do “herói” (Batista, 2013), mas como entrecruzamentos de uma rede social, institucional e cognitiva (Batista, 2024), ativos na circulação e legitimação das ideias — ou, não raro, no silenciamento de outros saberes, considerados “marginais”.

A partir dessa proposta, conforme Swiggers (2013), o trabalho historiográfico se estrutura em três grandes fases: heurística, hermenêutica e executiva/expositiva. Cada uma tem papel específico na trajetória da pesquisa.

- **Fase heurística:** consiste na seleção criteriosa das fontes históricas (primárias e secundárias), leitura extensiva e contextualização dos textos, bem como na catalogação das principais ideias, terminologias e correntes presentes nos documentos.

- **Fase hermenêutica:** dedica-se à interpretação das fontes, mobilizando instrumentos teórico-metodológicos gerais (meta-historiográficos) e específicos (próprios de cada tradição ou escola). Busca-se, aqui, tanto decifrar as singularidades internas de cada obra quanto cotejar posições, correntes e disputas, tecendo uma cartografia comparada das ideias.
- **Fase executiva:** voltada à construção do texto historiográfico propriamente dito, envolve desde as decisões sobre o formato e o gênero até as estratégias de exposição dos resultados, sempre comprometidas com a fundamentação interpretativa, a transparência metodológica e a explicitação do programa cognitivo assumido pelo autor.

Desse modo, uma das tarefas primárias da HL consiste em articular essas dimensões múltiplas de interpretação e análise, recorrendo a modelos de organização. Em nosso caso, adotamos aqueles sugeridos por Swiggers (2020; 2013; 2010), que concebe a disciplina como um campo com estrutura complexa, feito de agentes, práticas, redes institucionais, tradições e instrumentos. Visando proceder de modo sistemático, o autor propõe duas linhas de organização: uma referente ao quadro geral do campo, outra concernente às etapas concretas da pesquisa.

Para garantir rigor e coerência à análise historiográfica, Koerner (2014) – e também Batista (2024; 2020; 2019; 2013), em releitura de Koerner – propõe três princípios basilares para a análise historiográfica na HL: contextualização, imanência e adequação.

- **Contextualização:** refere-se à inserção rigorosa do objeto de estudo em seu tempo e espaço, resgatando os “climas de opinião” e reconstruindo os horizontes culturais, institucionais e intelectuais que orientam a produção e a recepção de cada obra ou teoria. Como mostra Batista (2013), as ideias linguísticas nunca surgem no vazio: são respostas e intervenções em debates intelectuais específicos, e assim devem ser lidas.
- **Imanência:** implica respeito à lógica e às categorias internas de cada texto, exigindo do historiador um esforço hermenêutico para evitar a anacronia ou o julgamento a partir das referências e valores do presente. O texto deve ser

compreendido “por dentro”, em sua tensão interna, linguagem e terminologia específicas, preservando o seu horizonte de sentido original (Koerner, 2014).

- **Adequação:** reúne, em certo sentido, os dois princípios anteriores, postulando que o quadro conceitual da análise seja feito também em diálogo com as necessidades do objeto e respeitando a historicidade das práticas analisadas (Batista, 2021).

Na sequência, os passos da pesquisa se desdobram, ainda, em quatro movimentos, inspirados em Koerner (2014): seleção (etapa de definição dos materiais a serem analisados), ordenação (organização cronológica e temática dos textos), reconstrução (análise crítica das dimensões internas e externas dos documentos) e interpretação (análise propriamente dita dos fatos, com ênfase na pluralidade interpretativa e nos limites do olhar historiográfico).

Por fim, ainda com a intenção de serem evitados reducionismos e de capturarmos a complexidade das transformações da ciência linguística (Kuhn, 2009[1962]), propomos, seguindo Swiggers (2020), a análise do desenvolvimento da Linguística por meio de um modelo de camadas do conhecimento. Nesse modelo tridimensional e dinâmico, articulam-se pelo menos quatro estratos, que interagem, transformam-se e, por vezes, colapsam separadamente:

- **Camada teórica:** visão geral da linguagem, concepção do objeto e do estatuto da linguística em cada período.
- **Camada técnica:** abrange as práticas de análise, o instrumental metodológico, as técnicas e modos de apresentação dos dados.
- **Camada documental:** diz respeito às fontes, materiais, línguas analisadas, tipos de corpus mobilizados.
- **Camada contextual/institucional:** engloba o ambiente cultural, político e institucional de produção e circulação do saber linguístico.

As camadas podem ser vistas conforme postulação original do autor:

Figura 1 – Camadas do conhecimento linguístico.

Camada teórica									
Camada técnica									
Camada documental									
Camada contextual-institucional									

Fonte: Swiggers (2020, p. 4).

As mudanças (ou permanências) nas diferentes camadas não são, por definição, sincrônicas: podem ocorrer rupturas teóricas em contextos de estabilidade institucional, ou inovações técnicas sem mudança profunda do paradigma teórico, e vice-versa. Por vezes, uma camada “avança” mais rapidamente, precipitando reconfigurações nos demais estratos — o que reforça a necessidade de um modelo que considere multicamadas para a gênese e circulação dos saberes linguísticos (Swiggers, 2020).

Este enfoque permite compreender por que, mesmo diante de profundas revoluções contextuais ou documentais, certas doutrinas (como a gramática tradicional) podem sobreviver, atualizando-se apenas em aspectos periféricos, mas mantendo sua arquitetura fundamental. O reconhecimento das camadas é, portanto, decisivo para distinguir trajetória, permanência e inovação na tradição linguística (Ferreira, 2021). Em nossa proposta, articulando os diferentes pressupostos apresentados, trazemos o quadro a seguir, já proposto por nós em outra ocasião (Marinho, 2025):

Quadro 1 – Síntese da fundamentação teórica.

Análise	Dados e Fontes	Camadas do conhecimento linguístico	Critérios de análise	Propósito interpretativo
EXTERNA	Seções de apresentação (fontes primárias)	Capa Contextual	Contexto e clima de opinião	Agenda dos autores
	Textos bibliográficos (fontes secundárias)		Autopercepção: Retóricas de continuidades e retóricas de contraposição	
INTERNA	5 Gramáticas brasileiras oitocentistas	Capa Teórica	Conceitos e metalinguagem	Linhas de continuidade e movimentos de ruptura
		Capa Técnica	Tratamento Normativo	Os pressupostos descritivos ou normativos das gramáticas; bem como as regras dispostas nos exemplos selecionados.
		Capa Documental	Exemplários	

Fonte: Marinho (2025).

A partir desse quadro, será possível empreendermos as análises que virão na nossa próxima seção.

3. *Epitome da grammatica da lingua portugueza* (1806) e sua concepção das partes da oração

Nesta seção, analisaremos a obra *Epitome da Grammatica da Lingua Portugueza* (1806), de Moraes Silva, a partir das *camadas* propostas por Swiggers (2020). Para isso, observaremos o contexto em que a obra está inserida, os exemplos apresentados, os dados técnicos e os conceitos referentes às partes do discurso. A abordagem adotada incluirá uma revisão da fundamentação teórica, permitindo uma compreensão dos aspectos linguísticos e estruturais da obra.

3.1 Camada contextual

Moraes Silva é conhecido no âmbito filológico como um lexicógrafo substancial do século XVIII, sendo o autor do *Dicionário da Língua Portuguesa* (1789). No meio linguístico, a obra *Epitome da Grammatica da Lingua Portugueza* (1806) marcou o início do período racionalista, sendo considerada uma obra de grande relevância e um marco nos estudos

linguísticos brasileiros, pois é a primeira tentativa de descrição do português por um brasileiro, conferindo, assim, seu valor histórico/historiográfico (Cavaliere, 2022).

Antônio de Moraes Silva nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1755 e faleceu em 1824. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra, embora não se tenha certeza de que concluiu o curso, pois no último ano foi denunciado à inquisição e, assim, teve que se mudar para a Inglaterra, local onde permaneceu até 1789. Retornou a Portugal após receber um indulto, mas, em 1785, fez abjuração pública da religião cristã.

O *Epitome da Grammatica da Lingua Portuguesa*, Lisboa, 1806 é composto por um Prólogo direcionado ao "Leitor Benevolente" e uma Introdução, seguido por dois livros principais. O Livro I, intitulado "Das Palavras por si sós ou partes das Sentenças", contém 9 capítulos, cada um abordando uma classe gramatical. O Livro II, "Da Composição das partes da Sentença entre si, ou Syntaxe," possui 4 capítulos, cobrindo temas como a Syntaxe de Concordância e Regência, Syntaxe Figurada, Composições Viciosas, e Sinais Ortográficos e Pontuação.

Ao avaliar a introdução da obra, na seção "Ao Leitor Benévolo", percebe-se que Moraes afirma que está propondo algo diferente de seus antecessores, que, segundo ele, focavam nas declinações do latim para descrever a língua portuguesa, comparando duas realidades linguísticas em que não havia correspondência. No entanto, ele propõe romper com essa tradição latinizada, evidenciando, assim, uma retórica revolucionária em relação às descrições gramaticais.

Passando aos nomes, fazem te não sei quantas declinações e dão lhes não sei quantos casos: mas os nossos nomes não tem casos, ou desinencias finaes diversas, senão *eu, tu, elle* ; os mais só se varião v. g. *casa, casas ; templo, templos* (III).

Seguindo, Moraes inicia sua obra com uma citação de Condillac em epígrafe, que aponta para as limitações da estruturação da gramática inspirada nos modelos latinos, crítica essa derivada da Gramática de Port-Royal, que introduziu a syntaxe (a lógica) na análise gramatical. A citação destaca que a complexidade da gramática resulta dessa tentativa de adaptação às gramáticas latinas e sugere que a simplificação só será possível ao retornarmos aos elementos do discurso. Essa escolha indica que, ainda que implicitamente, o gramático se alinha a alguns

aspectos da tradição da *grammaire générale* francesa. Dessa forma, notamos um movimento de continuidade da tradição, e não uma ruptura.

O autor declara que seu objetivo na obra é proporcionar ao leitor uma compreensão mais clara e precisa do que a que é comumente encontrada nos livros disponíveis em nosso idioma. Ele pretende abordar tanto os elementos básicos de uma frase quanto a sua composição de forma mais detalhada e melhorada.

Além disso, ele critica que nos outros livros de seus antecessores, por exemplo, não se explica adequadamente o que é um artigo. Eles apenas dizem que o artigo é usado com os substantivos para indicar os números e os casos. No entanto, os substantivos da língua portuguesa, exceto “eu”, “tu” e “ele”, não têm casos; e esses pronomes não são usados com artigos. Além disso, para o autor, como o artigo é um adjetivo, quem fala ou escreve deve saber o gênero do substantivo que o artigo precede para usá-lo corretamente, de acordo com o gênero e o número do substantivo, da mesma forma que se faz com qualquer outro adjetivo.

Contextualmente, segundo Cavaliere (2014), Moraes Silva foi influenciado pela postura predominante em Portugal, que era contrária às influências francesas após a Revolução. Isso significa que gramático e lexicógrafo, como outros intelectuais da época, era parte de um movimento que defendia a preservação da língua portuguesa contra o influxo de termos e estruturas linguísticas provenientes da França revolucionária e napoleônica. Essa posição reflete um conservadorismo linguístico que buscava manter a pureza e a identidade do português, em contraposição às mudanças e influências externas daquele período histórico.

Ser purista no cenário político-filosófico dos últimos anos do século XIX refletia um engajamento cívico em prol da autonomia e da importância da língua como elemento do estado nacional. Portanto, certas posições que podem inicialmente parecer reacionárias devem ser reinterpretadas à luz do contexto histórico em que surgiram, influenciadas pelas correntes filosóficas e intelectuais dominantes da época, que foram cruciais para a fundamentação dos conceitos. Essa abordagem reflete o princípio de imanência da historiografia, visto no esforço do historiador em entender criticamente os textos de um período, considerando seu contexto teórico, terminológico e histórico. Além disso, ela evita anacronismos, preservando a análise no âmbito das condições sociais e temporais originais. Dessa forma, o objeto é estudado em sua essência e perspectiva própria.

Quanto ao purismo gramatical no pensamento português do século XIX, João Ribeiro (1860-1934) observa que, enquanto no Brasil o movimento pela Independência levava ao uso extremo de apelidos indígenas em oposição aos nomes portugueses, em Lisboa, a tendência nacionalista cultivava a pureza da língua como uma reação conservadora à emergente ordem burguesa na França (1789). Já na metrópole, uma guerra desordenada contra os estrangeirismos, especialmente os galicismos, crescia em antipatia à Revolução Francesa e à época napoleônica, refletindo o conservadorismo lusitano (Cavaliere, 2014).

Reforçando o caráter purista da obra, na seção "Ao Leitor Benévolo", Moraes afirma que "língua pátria perfeita, e elegantemente, deves estudar toda a vida, e com muita reflexão os autores Clássicos, notando principalmente as analogias peculiares ao genio do nosso idioma" (VI). Além disso, ele argumenta que a língua materna deve servir como meio para aprender outras; seria absurdo tentar explicar a estrutura da sintaxe, ou a sua composição, por meio de outra língua. Observa-se, portanto, que, embora o autor adote uma postura aparentemente revolucionária ao propor uma ruptura com os modelos gramaticais latinizados, ele ainda mantém certa continuidade com a tradição francesa, evidenciada pela citação de Condillac, e com a tradição greco-latina.

3.2 Camada documental

Na obra de Moraes (1806), observa-se a preferência pelo uso de textos literários clássicos como base normativa para os que desejavam se expressar de forma "correta". A seleção de exemplos buscava consolidar uma norma culta do português, com base nos autores da literatura clássica, embora muitos dos exemplos citados não fossem acompanhados de fonte, sendo classificados como "exemplos sem referência". Isso reflete uma prática comum nas gramáticas da época, em que se privilegiava a tradição literária como modelo ideal de língua.

A obra de Moraes (1806) exemplifica essa abordagem, contendo, segundo levantamento de Polachinni e Danna² (2016), 160 exemplos de textos clássicos, que

² Para as autoras, os dados linguísticos levantados foram categorizados em seis grupos: (1) referência literária explícita, indicando se a literatura citada é portuguesa ou brasileira e de qual século; (2) fala cotidiana, incluindo citações sobre o português no Brasil, em Portugal ou nas colônias; (3) língua lógico-elíptica, em que o autor modifica ou corrige sentenças para tornar explícito um elemento antes implícito; (4) línguas distintas do português,

representam 26,7% dos casos e compõem a segunda categoria mais frequente. O levantamento identificou ainda 2 casos de fala cotidiana (0,3%), 45 de língua lógico-elíptica (7,5%), e 5 de línguas diversas (0,8%), sem registro de português de períodos anteriores (0%). No entanto, a categoria de língua genérica ou sem referência é a mais predominante, com 388 ocorrências (64,7%). Essa predominância indica uma continuidade da tradição clássica, demonstrando que, mesmo com referências escassas e sem especificações de fonte, o uso de exemplos de linguagem formal e literária é mantido no modelo linguístico estabelecido, reforçando o movimento de continuidade da tradição que o autor considerava clássica.

3.3 Camada técnica

A capa técnica refere-se às “técnicas de análise linguística e gramatical e aos métodos de apresentação dos dados” (Swiggers 2004, p. 134). Para analisar a apresentação de dados e as técnicas utilizadas, tomamos como referência a *Techne Grammatiké* de Dionísio Trácio, pois, segundo Neto (2021, p. 49), a escolha dessa obra para o programa gramatical “deve-se ao fato de representar o texto fundante dessa tradição, além de apresentar características que permaneceram ativas até o século XX”.

Examinar a *camada técnica* de uma gramática tradicional envolve examinar as estratégias que esta aplica para cumprir suas funções analíticas. Nesse aspecto, a segmentação e a subsequente análise da língua nas gramáticas são observadas nessa camada. Em termos práticos, tal processo se reflete, por exemplo, na estruturação do estudo gramatical em áreas como fonologia, morfologia e sintaxe (ou termos semelhantes), o que facilita a abordagem e organização dos componentes da língua (Neto, 2021).

No estudo específico da morfologia, a divisão da análise em classes de palavras não é um fenômeno inato, mas uma técnica originada da tradição gramatical grega, conforme apontado por Neto (2013; 2018). As partes do discurso descritas por Dionísio Trácio em sua *Techne Grammatiké* estabeleceram e ditaram um padrão para a organização e apresentação

como latim, francês e inglês; (5) português de períodos anteriores, identificado pelo autor como não contemporâneo à sua época; e (6) categoria genérica, para dados sem referência clara às demais classificações.

de dados, influenciando obras que, como mencionado ao longo deste trabalho, se encaixam no Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG) (Vieira, 2018). Neves (2013, p. 53) destaca que:

A classificação de Dionísio o Trácio das partes do discurso representa a tradição da escola de Aristarco, a escola de Alexandria. É um esquema bastante semelhante ao das nossas gramáticas, separando, porém, o particípio da classe dos verbos, o que não ocorria na classificação dos estoicos. Ainda em contraposição aos estoicos, a classe das conjunções vem desdobrada em conjunções e preposições, e a classe dos artigos e pronomes, embora os pronomes relativos se mantenham na classe dos artigos. São apontados como partes do discurso: 1. o nome; 2. o verbo; 3. o particípio; 4. o artigo; 5. o pronome; 6. a preposição; 7. o advérbio; 8. a conjunção.

A partir da classificação de Dionísio Trácio, é possível estabelecer um contraponto com a *Epitome da grammatica de lingua portugueza* (1806). Assim, ao analisar a segmentação da gramática de Moraes (1806), observa-se um movimento de continuidade, especialmente em relação às partes da sentença, foco deste trabalho.

O gramático propõe uma divisão bastante semelhante das categorias, com exceção dos pronomes, que são incluídos na categoria de "artigos articulares", e dos particípios, classificados como "adjetivos atributivos verbais" ou derivados dos verbos. Destaca-se, portanto, a permanência da tradição greco-latina, observando-se que o modelo clássico permanece vivo não apenas na *camada teórica e documental*, mas também na *camada técnica*.

3.4 Camada teórica

No início do Livro I do *Epitome da Grammatica da Lingua Portugueza*, Lisboa, 1806, Moraes apresenta as partes da sentença, dividindo-as em: nomes, adjetivos (podendo ser articulares ou atributivos), verbos, advérbios, preposições, conjunções e interjeições. O gramático explica que as palavras representam tanto os objetos percebidos pela alma quanto as relações e os julgamentos que fazemos sobre eles. No total, são sete categorias gramaticais.

Moraes (1806), no capítulo I (p. 18-21), intitulado "Dos Nomes, ou Substantivos", define nomes como palavras usadas para indicar coisas que existem de forma independente, como "casa", "pomo" (fruta), ou "homem". Além disso, também utilizamos os nomes para representar qualidades que imaginamos como se existissem de maneira autônoma, ou seja,

como características em si mesmas, separadas dos objetos aos quais podem se referir. Nesse caso, nota-se um critério unicamente semântico ao definir as classes dos nomes.

No capítulo II (p. 21-30), “Dos Adjetivos Articulares”, Moraes (1806) explica que os adjetivos articulares se unem aos nomes gerais, ou comuns, para determinar o número ou a quantidade dos indivíduos mencionados. Entre eles, os artigos simples “o” e “a” geralmente indicam a totalidade de uma categoria, como em “O homem é mortal”, referindo-se a todos os homens. No entanto, em contextos específicos, podem restringir-se a um indivíduo ou grupo menor, como em “o homem sábio” ou “o Pedro”, para uma referência mais direta.

Os adjetivos articulares também incluem pronomes possessivos e demonstrativos, que trazem noções de propriedade ou proximidade de acordo com a relação entre o falante e o objeto mencionado; bem como os numerais. Além desses, Moraes classifica “Que”, “Qual”, “Quem” e “Cujo” como articulares relativos, que funcionam como conectores para unir ideias, remetendo-se a um substantivo antecedente. Dessa forma, observa-se que o gramático classificou os artigos e os pronomes como adjetivos articulares e que, como critérios de classificação, usou o sintático e semântico.

No capítulo III (p. 30-33), “Dos Adjetivos Atributivos”, o gramático apresenta os adjetivos atributivos, explicando que eles expressam as qualidades inerentes de um objeto, como em *branco, louro, manso, leal, amável*, quando associados a substantivos como *homem, menino*, etc., coexistindo com a presença de um nome. Moraes (1806) observa ainda que as qualidades e atributos das coisas geralmente admitem gradações de intensidade, permitindo comparações em graus de superioridade ou inferioridade. Dessa forma, percebe-se que os critérios utilizados são tanto semânticos quanto sintáticos.

No capítulo V (p. 18-24), “Do Verbo, e Seus Modos, Atributos, Tempos, e Pessoas,” o autor apresenta o verbo como a palavra que expressa julgamentos ou vontades da alma em relação aos sujeitos e atributos das sentenças. Ele explica que o verbo é utilizado para afirmar ou ordenar, como nos exemplos: *Eu sou amante, o pomo é doce, e Filho, sê temente a Deus, e ama-o*. Moraes Silva (1806) destaca que a significação principal dos verbos está associada à expressão de um atributo e à pessoa ou coisa em que o atributo existe ou se deseja que exista, bem como às diferentes épocas em que esse atributo ocorre, ocorreu ou ocorrerá no sujeito. Por exemplo, o verbo *amo* equivale a *eu sou amante atualmente*, enquanto *amei* refere-se ao

passado e *amarei* ao futuro. Dessa forma, observa-se que os critérios utilizados na definição de verbo são tanto sintáticos, ao considerar a função do verbo na estrutura da sentença, quanto semânticos, ao abordar as relações de tempo e existência do atributo em relação ao sujeito.

No capítulo VI (p. 65-69), “Dos Advérbios”, Moraes (1806) inicia demonstrando como a classe dos advérbios modifica o verbo, oferecendo detalhes sobre o modo, o tempo, o lugar e outras circunstâncias da ação. Ele observa que os advérbios não constituem uma parte elementar das sentenças, pois, na verdade, são nomes que, combinados com atributos ou regidos por preposições, podem omitir-se ou expressar-se de maneira implícita ou explícita. Exemplos como “igualmente” e “de antigamente” demonstram essa estrutura, com o advérbio sendo dependente de outras palavras para completar e determinar seu significado. Nota-se que o autor adota critérios semântico, sintático e morfológico³ para classificar e descrever essa classe.

No capítulo VII (p. 69-78), “Das Preposições”, é discutido como as preposições, denominadas assim por sua posição anterior aos termos a que se referem, estabelecem uma conexão entre substantivos e nomes correlativos. Ele explica que as preposições têm a função de demonstrar a relação que o entendimento estabelece entre dois objetos representados por nomes, sejam eles simples ou acompanhados por adjetivos ou verbos. Moraes (1806) observa que, por analogia, as preposições não apenas representam conexões físicas entre termos, mas também se expandem para expressar correlações intelectuais, morais ou incorpóreas. Dessa forma, o autor utiliza critérios sintáticos e semânticos na classificação dessa classe gramatical.

No capítulo VIII (p. 78-79, “Das Conjunções”, Moraes (1806) aborda as conjunções, explicando que estas servem para unir sentenças que mantêm entre si alguma conexão ou correlação, seja de semelhança, de juízo, oposição ou modificação. Dessa forma, Moraes utiliza critérios semânticos, além de sintáticos, pois não se limita a descrever como as conjunções se posicionam nas frases (aspecto sintático), mas também explica as relações de sentido que elas criam entre as sentenças.

³ Considera-se neste trabalho a classificação gramatical segundo três critérios: semântico (relacionado ao significado das palavras), sintático (relativo à função na oração) e morfológico (referente à forma e às flexões das palavras)

No capítulo IX (p. 80-81), “Das Interjeições”, Moraes (1806) explora as interjeições, destacando que elas são usadas para expressar paixões intensas ou emoções violentas, frequentemente por meio de uma ou poucas palavras, que equivalem a uma sentença completa. Assim, o autor utiliza uma abordagem semântica para explicar como as interjeições funcionam como unidades autônomas de sentido, carregando uma expressividade própria na linguagem. Para melhor visualização, segue abaixo um quadro que sintetiza as partes da sentença e os critérios usados pelo autor.

Quadro 2 – Adaptação das partes da sentença em *Epitome* (1806).

Partes da sentença	Definição	Crítérios utilizados
Dos Nomes, ou Substantivos	Nomes são palavras que indicam coisas existentes de forma independente e representam qualidades que podem ser imaginadas como autônomas.	Semântico
Dos Adjetivos Articulares	Adjetivos articulares unem-se a nomes gerais para determinar número ou quantidade dos indivíduos. Incluem artigos, pronomes possessivos, demonstrativos e numerais.	Sintático e Semântico
Dos Adjetivos Atributivos	Adjetivos atributivos expressam qualidades inerentes a um objeto	Sintático e Semântico
Do Verbo, e Seus Modos, Atributos, Tempos, e Pessoas	A palavra que expressa julgamentos ou vontades da alma em relação aos sujeitos e atributos das sentenças.	Semântico
Dos Advérbios	Advérbios modificam verbos e detalham modos, tempos, lugares, etc. São nomes que, combinados com atributos, podem omitir-se ou expressar-se de maneira implícita ou explícita.	Semântico, Sintático e Morfológico

Das Preposições	Preposições estabelecem conexões entre substantivos e nomes correlativos, demonstrando relações entre objetos. Expressam conexões físicas e podem expandir-se para correlações mais abstratas.	Sintático e Semântico
Das Conjunções	Conjunções servem para unir sentenças com conexões de semelhança, oposição ou modificação, criando relações de sentido.	Semântico e Sintático
Das Interjeições	Interjeições expressam paixões intensas ou emoções por meio de poucas palavras, funcionando como unidades autônomas de sentido.	Semântico

Fonte: Marinho (2025)

Feitas essas considerações, cremos, podemos dizer algumas palavras finais sobre nossa proposta.

4 Considerações finais

Nossa proposta neste artigo foi mostrar, na perspectiva da HL, como a *Epitome da Grammatica da Lingua Portuguesa* (1806), de Moraes Silva, aborda as partes da oração e se insere na perspectiva de uma trajetória gramatical grego-romana ininterrupta para os estudos linguístico, conforme propõe Vieira (2018) quando trata de seu Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG). Para isso, valemo-nos de uma análise considerando diferentes camadas do texto: camada contextual, camada documental, camada técnica e camada teórica, seguindo formulação proposta por Swiggers (2020).

Desse modo, na análise da camada contextual, foi possível situar a *Epitome* em um contexto em que, embora apresente-se como uma obra revolucionária, mantém características de uma escola tradicional de compreensão da gramática. Na camada documental, foi possível perceber novamente a continuidade de uma tradição linguístico-gramatical, com

exemplificações literárias, não localizadas e parcialmente desconexas da língua em uso, configurando-se a partir de modelos exemplares de fala assumidos *a priori*. Já para a camada técnica, nossa análise mostrou que a obra – que se disse inovadora, como vimos na primeira camada – reproduzia o modelo de Dionísio para as partes da oração/da sentença, objeto deste trabalho. Por fim, na camada teórica, pudemos ver de maneira pormenorizada as partes da oração e percebemos, por fim, a continuidade de definição que o autor traz, conforme predito por Vieira (2018) quando de sua proposição do PTG.

Desse modo, analisando uma gramática do período racionalista – conforme periodização de Cavaliere (2002) –, pudemos verificar a hipótese de um possível PTG (Vieira, 2018) que coadunasse com essa dita tradição gramatical. Após nosso trabalho, é possível dizer que a hipótese se confirma, com marcas importantes da trajetória linguístico-intelectual brasileira sendo impressas na obra de Moraes Silva.

Seguindo as etapas de revisão, contextualização e análise a partir de Swiggers (2020), pudemos situar a produção da *Epitome* no amplo campo dos estudos da tradição oitocentista, estabelecendo uma análise na perspectiva da HL que nos permitiu inserir esta produção na gramaticografia brasileira do século XIX (Kaltner (2023). Desse modo, pudemos recuperar o passado linguístico a partir da *Epitome* e contextualizá-lo em suas dimensões histórica, social e cultural, o que não pôde ser feito sem uma abordagem interdisciplinar, como a HL defende (Swiggers, 2013; Batista, 2021; Bastos e Casagrande, 2021).

Ao fim, foi possível demonstrar como a *Epitome* se situa em uma perspectiva do PTG, é parte de uma produção intelectual brasileira emergente, insere-se na gramaticografia oitocentista brasileira (Kaltner, 2023) e ajuda a recontar, via HL, parte da trajetória linguístico-gramatical de nossa língua e de nosso país.

Nosso estudo apresenta suas limitações, como é natural; ainda assim, esperamos que outros autores possam encontrar aqui subsídios para suas pesquisas e necessidades.

Agradecimentos:

Agradecemos à Capes, FAPERJ e UERJ pelos auxílios que permitiram a escrita deste texto.

Referências:

ARANALDE, M. M. Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 1, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652009000100006>

ARISTÓTELES. **Categorias**. Porto: Porto Editora, 1995.

AZEREDO, J. C. de. Classes de palavras: um percurso crítico com vista a uma meta didática. *Confluência*, p. 296-323, 2021. <https://doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.500>

BASTOS, N. B.; CASAGRANDE, N. Um percurso transcorrido na historiografia da linguística: sobre a história entrelaçada. **Revista da Abralin**, v. 20, p. 511-521, 2021. <https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i3.1910>

BATISTA, R. de O. Dimensões da pesquisa em historiografia linguística. In: LEITE, M. Q.; HACKEROTT, M.; SIQUEIRA, C. (org.). **Tópicos em historiografia da linguística: das práticas linguísticas à meta-historiografia**. São Paulo: BBM, 2024.

BATISTA, R. de O.; BASTOS, N. B. **Questões em historiografia da linguística: homenagem a Cristina Altman**. São Paulo: Pá de Palavra, 2020.

BATISTA, R. de O. (org.). **Historiografia da linguística**. São Paulo: Contexto, 2019.

BATISTA, R. de O. **Introdução à historiografia da linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

CAVALIERE, R. **História da gramática no Brasil: séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Vozes, 2022.

CAVALIERE, R. **A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros**. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2014.

CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 23, 1º sem. 2002.

JENKINS, K. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2013.

KALTNER, L. F. Historiografia da linguística e gramaticografia: fundamentos teórico-metodológicos. In: WINDLE, J. A.; SAAVEDRA, M. M. G. (org.). **História, política e contato linguístico**. Niterói: EdUFF, 2023. p. 182-212.

KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Braga: Publito, 2014.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009 [1962].

MARINHO, R. **O estatuto das partes da oração em gramáticas racionalistas do Brasil oitocentista**. 2025. 92 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

POLACHINI, B. S. **Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa**. 2018. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SWIGGERS, P. A dinâmica na (/da) história da linguística: posições e deslocamentos de “camadas”. **Todas as Letras**: Revista de Língua e Literatura, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 1-9, jan./abr. 2020.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 39-59, 2013.

SWIGGERS, P. História e historiografia da linguística: status, modelos e classificações. Tradução de C. Altman. **Eutomia**: Revista Online de Literatura e Linguística, v. 3, n. 2, p. 1-18, 2010.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

Recebido em: 10.09.2025

Aprovado em: 09.01.2026